

2016

RELATÓRIO DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

INCÊNDIO FLORESTAL DE SOUTELINHO DO MEZIO

CONCELHOS:

RIBEIRA de PENA

VILA POUCA de AGUIAR



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Soutelinho do Mezio

Edição: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP

Autor: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP

Texto: Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Norte

Imagens: Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Norte

Edição: outubro de 2016



Índice

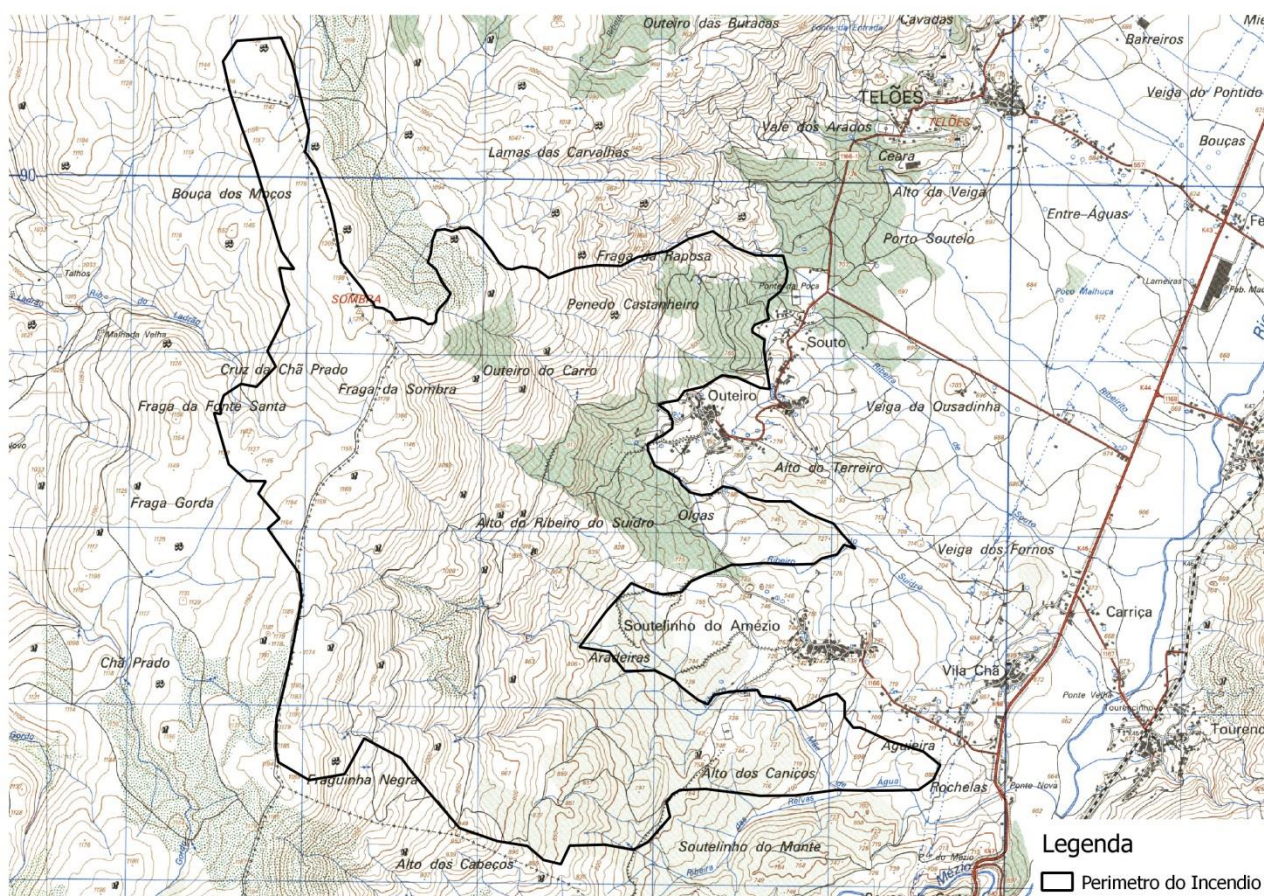
1. NOTA INTRODUTÓRIA:.....	4
2. CARATERIZAÇÃO DA ÁREA PERCORRIDA PELO INCÊNDIO	5
2.1. Total em perímetro florestal	5
2.2. Concelhos e freguesias	6
2.3. Ocupação do solo	6
2.4. Espécies florestais	7
2.5. Áreas classificadas	8
2.6. Outras atividades económicas	8
3. HISTÓRICO DE INCÊNDIOS	9
4. Medidas para estabilização de emergência.....	10
4.1. Combate à erosão e correcção torrencial.....	10
4.2. Fitossanidade	11

Anexo FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE NECESSIDADES DE INTERVENÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA APÓS INCÊNDIO



1. NOTA INTRODUTÓRIA:

No dia 5 de setembro de 2016 teve origem em Soutelinho do Mezio um incêndio que se prolongou até ao dia 7 de setembro, e que teve como resultado final áreas ardidas de povoamento florestal, matos e alguma agricultura nos concelhos de Vila Pouca de Aguiar e de Ribeira de Pena, num valor total estimado de 876,62 ha.



MAPA 1. ÁREA AFETADA PELO GIF DE SOUTELINHO DO MEZIO – VILA POUCA DE AGUIAR

Considerando a existência de instrumentos de apoio a situações de emergência, nomeadamente os referidos na Portaria nº 134/2015, de 18 de maio – Operação 8.1.4. “Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos”, procedeu-se à elaboração do presente relatório onde são inicialmente, identificadas as intervenções necessárias à estabilização dos ecossistemas afectados e à remoção do material ardido, para que posteriormente se proceda à recuperação do potencial produtivo, tendo em vista a reposição e sustentabilidade dos valores ecológicos afectados.

Assim, pretende este relatório enquadrar a situação ocorrida e simultaneamente, perspectivá-lo como fundamento para execução de medidas de estabilização de emergência passíveis de serem executadas. Os dados constantes neste trabalho baseiam-se em fotointerpretação de ortofotomapas, informação disponibilizada *online*, informação integrante dos planos municipais de defesa da floresta contra incêndios, etc.

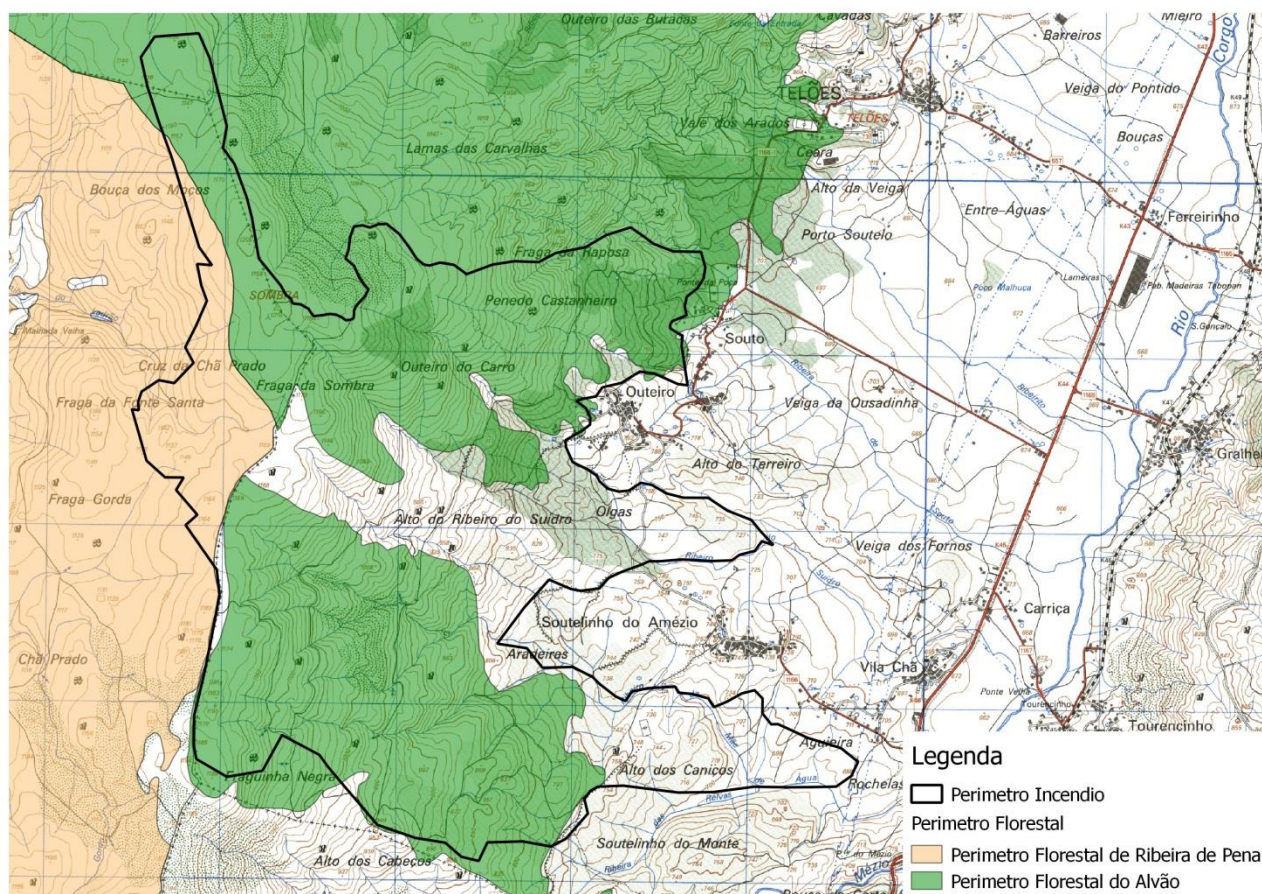


A cartografia do perímetro de área ardida foi elaborada recorrendo a imagens de satélite obtidas por digitalização das imagens Landsat L8 de 15-08 e Landsat L7 de 23-8, com validação da cartografia elaborada pela GNR.

2. CARATERIZAÇÃO DA ÁREA PERCORRIDA PELO INCÊNDIO

2.1. Total em perímetro florestal

Considerando os declives acentuados, as temperaturas elevadas, o baixo teor de humidade relativa do ar e dos combustíveis, associados ao facto dos incêndios terem tido origem e terem-se desenvolvido inicialmente, em áreas de incultos e de matos, constatou-se uma rápida expansão da área ardida. Assim, e tendo em conta, os elementos relativos a estas ocorrências arderam 626,33 ha nos PF da Serra do Alvão e de Ribeira de Pena, o que perfaz 71 % da área ardida.



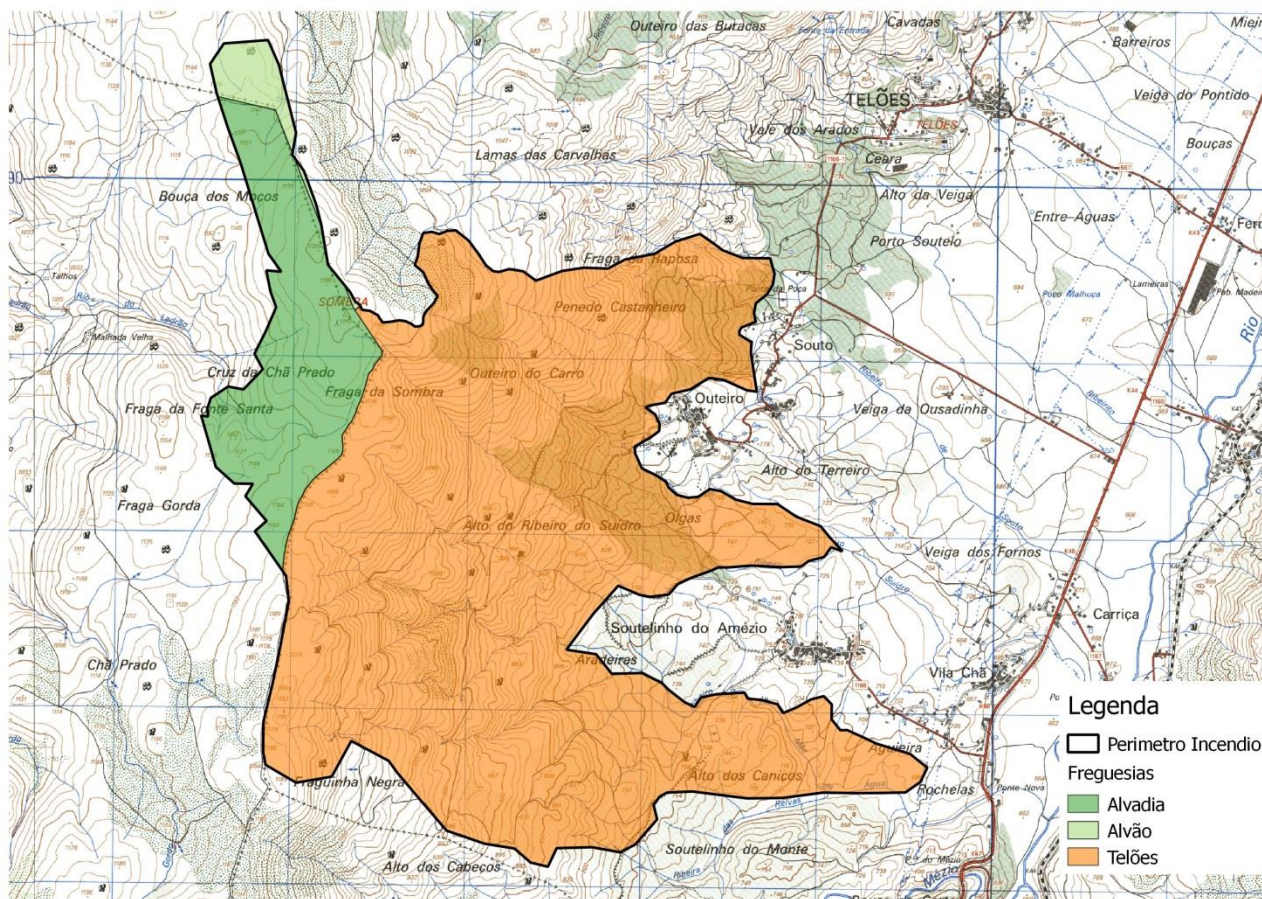
MAPA 2. ÁREA AFETADA EM PERIMETRO FLORESTAL PELO GIF DE SOUTELINHO DO MEZIO – VILA POUCA DE AGUIAR

As áreas baldias submetidas a regime florestal afetadas pelo incêndio são as seguintes: Unidade de Baldio de Soutelinho do Mezio, Unidade de Baldio de Soutelo e Outeiro, Unidade de Baldio de Telões, Pontido e Castelo e Unidade de Baldio de Alvadia.



2.2. Concelhos e freguesias

O incêndio teve origem no dia 5 de setembro, às 10 horas e 48 minutos, na freguesia de Telões, tendo-se propagado para as freguesias de Alvão do concelho de Vila Pouca de Aguiar, e freguesia de Alvadia do concelho de Ribeira de Pena, sendo considerado extinto no dia 7 de setembro.



MAPA 3. ÁREA AFETADA POR FREGUESIA PELO GIF DE SOUTELINHO DO MEZIO – VILA POUCA DE AGUIAR

2.3. Ocupação do solo

A distribuição da ocupação do solo na área ardida está conforme se pode visualizar no Quadro I:

Quadro I - DISTRIBUIÇÃO DA OCUPAÇÃO DO SOLO

OCUPAÇÃO DO SOLO	ÁREA ARDIDA (HA)
Povoamentos florestais	188,55
Matos e incultos	628,09
Agricultura	57,26
Urbanos e outros	2,72
TOTAL	876,62

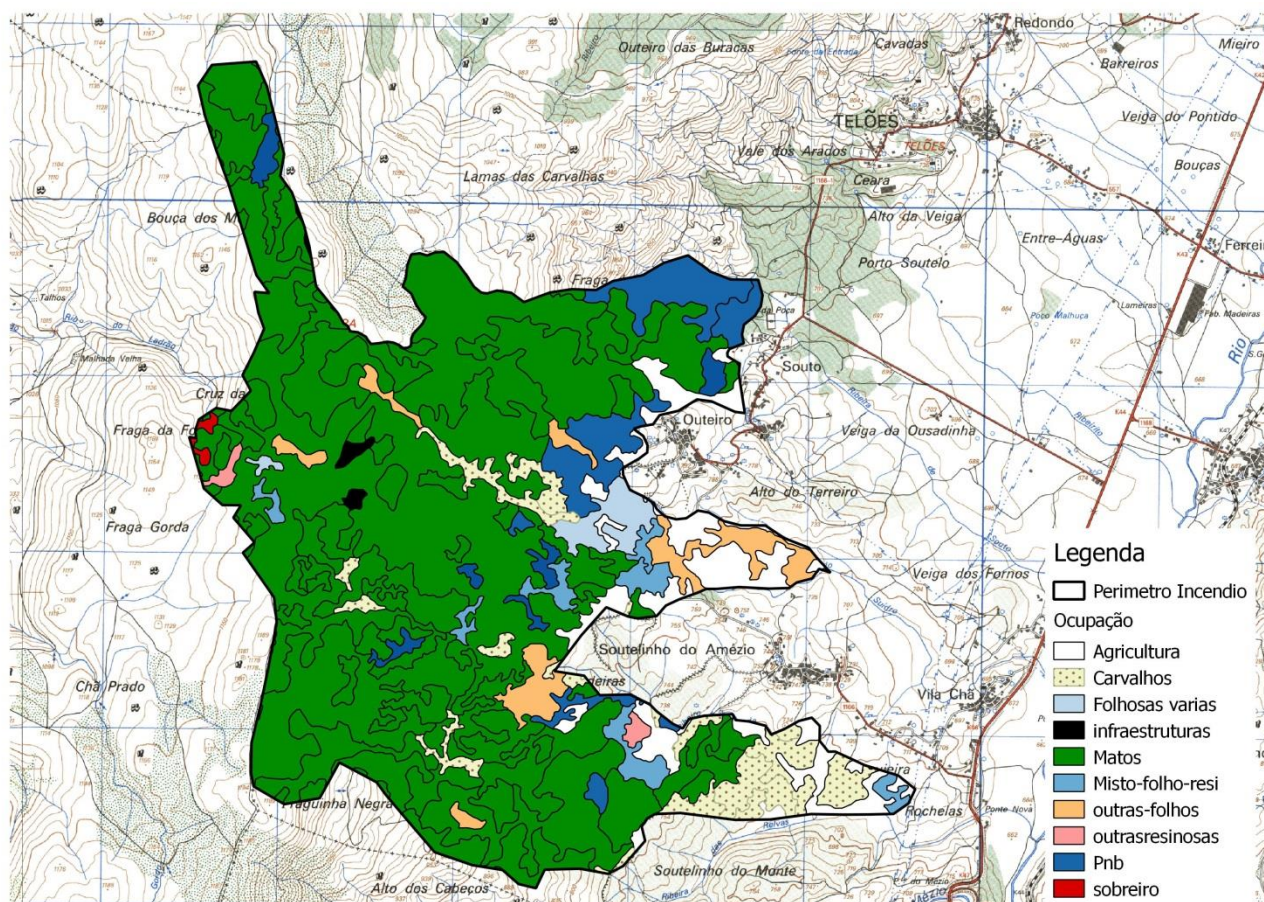


2.4. Espécies florestais

No que concerne à área florestal consumida pelos incêndios apuraram-se os seguintes elementos reportados no Quadro II:

Quadro II – DISTRIBUIÇÃO POR ESPÉCIE FLORESTAL

ESPÉCIE FLORESTAL	ÁREA ARDIDA (HA)
Pinheiro bravo	63,50
Carvalho	52,57
Folhosas diversas	46,77
Resinosas diversas	3,80
Misto de folhosas e resinosas	21,91
TOTAL	188,55

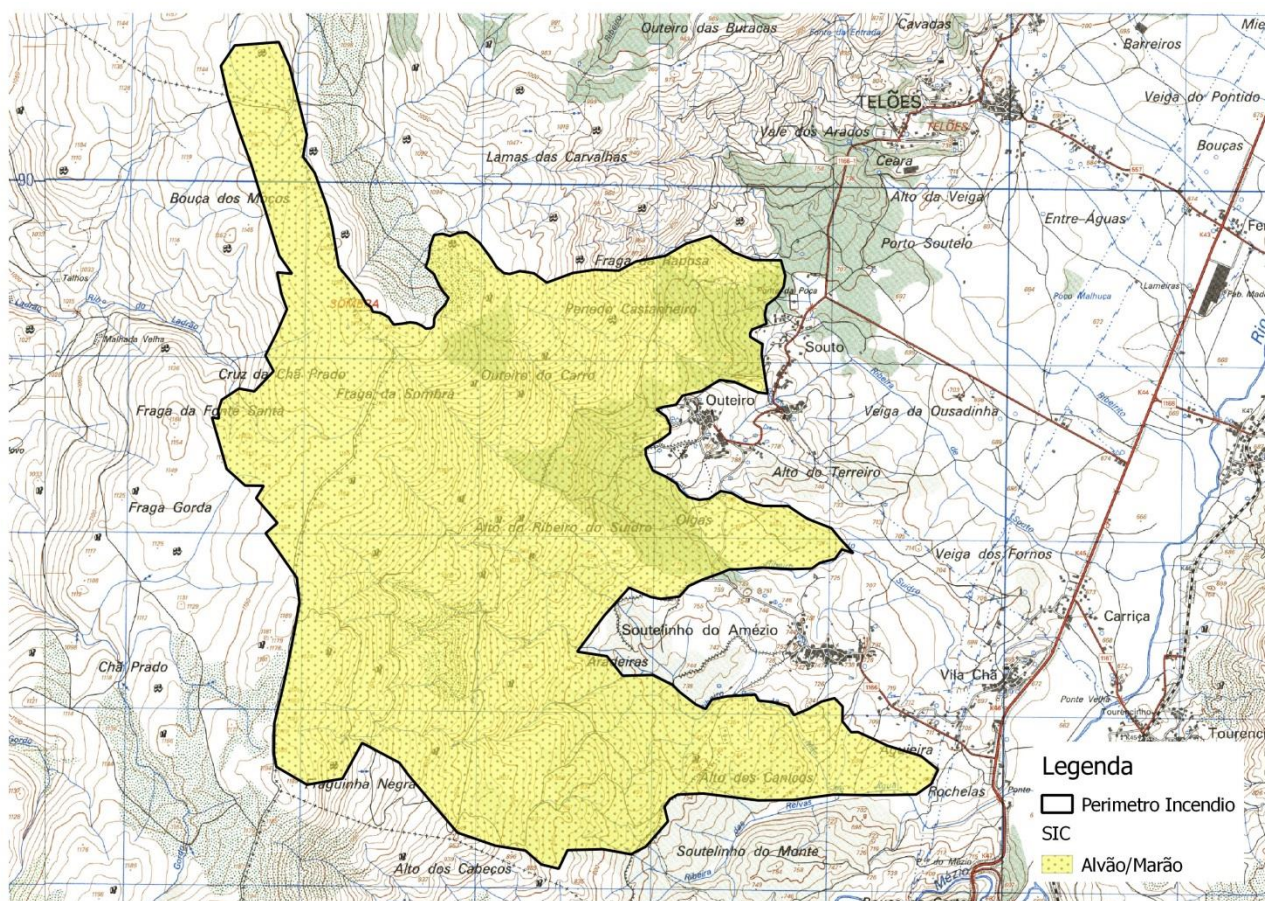


MAPA 4. ÁREA AFETADA POR ESPÉCIE PELO GIF DE SOUTELINHO DO MEZIO – VILA POUCA DE AGUIAR



2.5. Áreas classificadas

Relativamente às áreas protegidas, constatou-se que o incêndio propagou-se por toda a área de SIC Alvão-Marão, correspondentes a 100% da área total ardida.



MAPA 5. ÁREA CLASSIFICADA AFETADA PELO GIF DE SOUTELINHO DO MEZIO – VILA POUCA DE AGUIAR

2.6. Outras atividades económicas

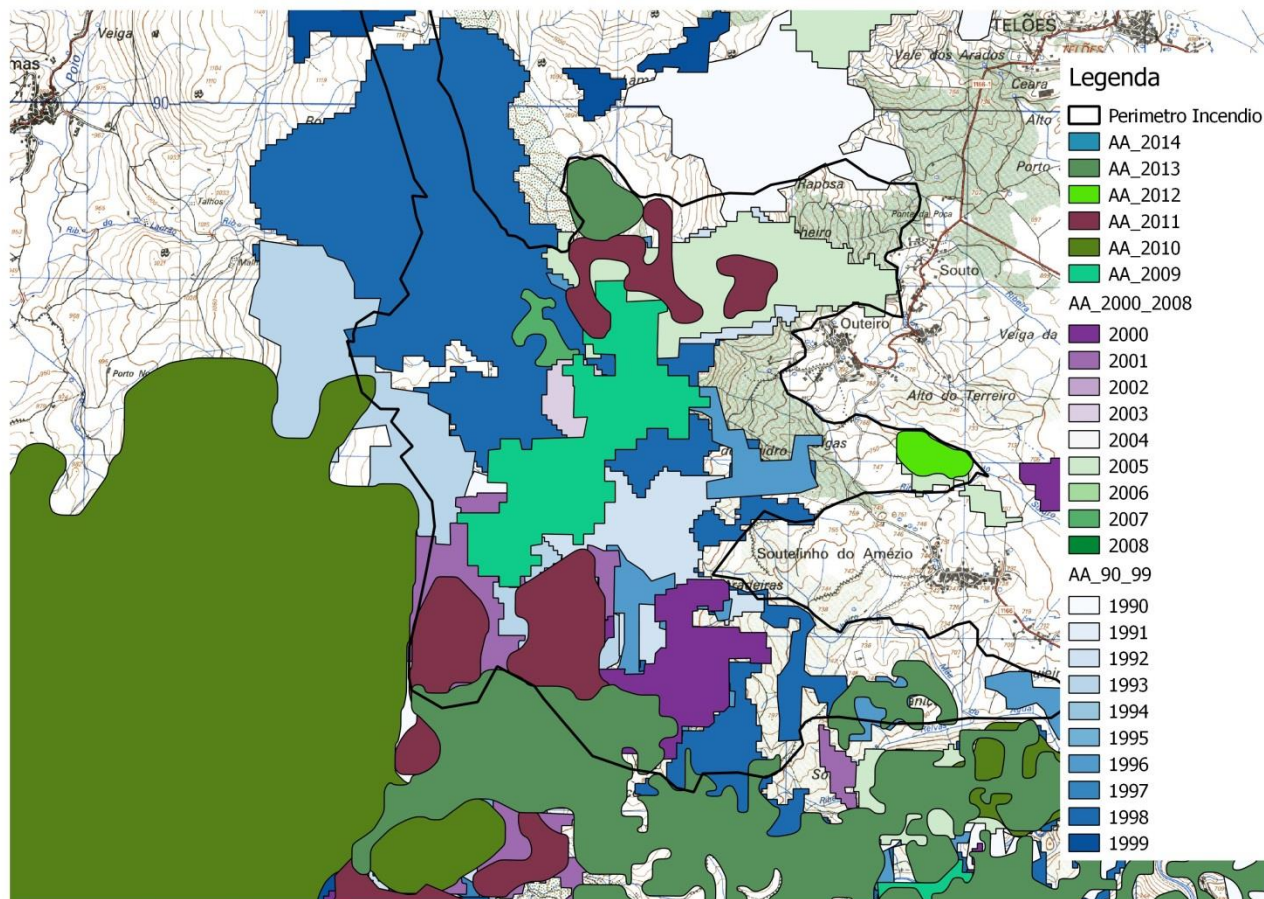
Atividades económicas localizadas neste concelho que foram altamente prejudicadas com a ocorrência destes incêndios:

Cinegética – Constatou-se que este incêndio afetou várias Zonas de Caça: Associativa do Vale de Aguiar, Associativa do Alvão e Municipal de Ribeira de Pena.

A actividade cinegética deverá ser interdita dentro da área do incêndio e de uma faixa de 250 m em redor da mesma, durante os dois próximos anos.



3. HISTÓRICO DE INCÊNDIOS



MAPA 6. HISTÓRICO DE INCÊNDIOS DA ÁREA DO GIF DE SOUTELINHO DO MEZIO – VILA POUCA DE AGUIAR

Do mapeamento realizado das áreas ardidas nos últimos 25 anos, na zona deste incêndio, constata-se a recorrência de vários fogos com proporções significativas que consumiram milhares de hectares de floresta e matos. A esta evidência, e salvo melhor opinião, não será alheio o facto de ser uma região com muito pastoreio e de grande abandono de território que possivelmente potencia a negligência e o incendiário.



4. MEDIDAS PARA ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Verifica-se a diminuição da biodiversidade na área percorrida pelo incêndio, devido à destruição pelo fogo de importantes habitats e espécies autóctones. A implementação de medidas de recuperação de espécies e habitats prioritários da flora deverá ser prioritária. As eventuais ações de arborização deverão ter em consideração o intenso pastoreio existente na zona.

Como medida prioritária importa de imediato, proceder à inventariação de todo o material lenhoso ardido (considerando classes de idade e de dap) com o objetivo de realizar a automarcação daquele que tiver valor comercial para sua colocação à venda com a menor desvalorização possível e providenciar a eliminação do restante de forma a evitar possíveis ataques de pragas e doenças.

Torna-se também importante, escolher bem as árvores a retirar tendo em consideração o grau de intensidade com que o fogo as atingiu. Por norma, devem ser cortadas todas as resinosas que tiverem a copa completamente afetada, sendo aconselhável aguardar sempre que possível, que passe a primavera para decidir sobre a extracção das folhosas e de resinosas menos atingidas pelo fogo.

Por outro lado, constata-se que um dos maiores problemas provocados pelo pós-fogo e que convém precaver está relacionado com a erosão de encostas com declive acentuado e que pode provocar a completa destruição da camada superficial de solo e a impermeabilização do solo (devido às cinzas).

Face ao exposto, as medidas preventivas deveriam ser executadas ainda antes da queda das primeiras chuvas. Tem-se conhecimento no entanto, que o eventual recurso a apoios financeiros do PDR 2020 não se consegue ajustar na maioria dos casos, à agilização de atuação que este processo requer, pelo que deve ser tido em conta que o tempo de análise, decisão e execução podem comprometer a lógica e a pertinência das intervenções consideradas mais urgentes.

Sugere-se ainda, que no âmbito dos trabalhos da exploração florestal, sejam observadas entre outras, algumas das orientações definidas no manual de “Gestão Pós – Fogo” publicado pelo ICNF.

4.1. Combate à erosão e correcção torrencial

Recuperação das infraestruturas danificadas

- a) Remoção de acumulação de materiais florestais (árvores, troncos ou ramos) e de rochas que tenham sido arrastados ou caído para as plataformas de circulação de viaturas e para as valetas e aquedutos;
- b) Garantir a monitorização durante os próximos meses, dos sistemas hidráulicos e de taludes e aterros ao longo da rede viária, realizando obras de consolidação se consideradas necessárias.

Controlo da erosão, tratamento e protecção de encostas



- a) Em primeiro lugar, importa identificar e monitorizar durante algum tempo, os locais mais susceptíveis a fenómenos erosivos e torrenciais (por exemplo, ter atenção especial a locais alvo de combate ao incêndio com recurso a abertura de faixas de interrupção de combustível com lamina);
- b) No sentido de garantir a maior protecção possível do solo, reduzindo o risco de erosão, deve-se minimizar a movimentação/alteração da camada superficial de solo;
- c) Deve-se evitar a circulação de máquinas, o arraste de troncos e toros numa largura mínima de 10 metros em cada um dos lados das linhas de água;
- d) A movimentação de máquinas a acontecer, deve ser efetuada sempre que possível, segundo as curvas de nível e numa lógica de carregamento e depósito do material lenhoso em local de cota superior, de forma a evitar uma concentração de sulcos que potencie uma maior escorrência de água e terras;
- e) Verificando que o solo se encontra saturado de água, normalmente após ocorrência de longos períodos de precipitação, a utilização de maquinaria pesada deve ser restringida ao imprescindível;
- f) Em locais mais declivosos, a vegetação, os resíduos de exploração e eventualmente, parte do arvoredo consumido pelo fogo devem ser aproveitados para serem colocados em alinhamento segundo as curvas de nível de forma a reduzir o deslizamento e perda de terra nas encostas.

Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água

- a) Diligenciar o abate de árvores mortas, a limpeza e desobstrução de linhas de água e das passagens hidráulicas;
- b) Deve-se evitar a circulação de máquinas, o arraste de troncos e toros numa largura mínima de 10 metros em cada um dos lados das linhas de água;
- c) Promover a consolidação através da recuperação da vegetação autóctone das margens, privilegiando a regeneração natural e rearborezando por plantação/sementeira artificial apenas em casos excepcionais (recuperação da galeria ripícola).

Diminuição da perda de biodiversidade

- a) Promover a instalação, através de sementeira ou plantação, de espécies da flora autóctones (carvalhos, sobreiro, azevinho, bétulas, etc.).

4.2. Fitossanidade

- a) Remoção imperiosa das árvores ardidas logo que possível de forma a evitar que se tornem atractivas e colonizadas por insectos prejudiciais;



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Soutelinho do Mezio

- b) Em consequência, deverão ser cumpridas as medidas específicas para controle do NMP (Decreto – Lei nº 95/2011, de 8 de agosto, com a redacção dada pelo Decreto – Lei nº 123/2015, de 3 de julho, e a Declaração de Retificação nº 38/2015).



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Soutelinho do Mezio



Ficha de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio (operações com escala territorial relevante) Portaria nº 134/2015, artigo 21º

1- Incêndio

Área (ha)	876,62	Data Inicio	05-09-2016
Concelho	Vila Pouca de Aguiar	Data Fim	07-09-2016
Distrito	Vila Real	NUT III	

2 - Parcelas de intervenção

Parcela n.º	Unica	Elemento fisiográfico do terreno	
Área (ha)	876,62	Encostas	X
Local	Soutelinho do Mezio	Linhas de água	X
Freguesia	Telões e Alvadia	Rede viária	X
Concelho	Vila Pouca de Aguiar	Outro	X

3- Tipo de intervenção

Recuperação de infraestruturas afectadas

	Unidade	Quantidade	Valor unitário (€)	Valor total (€)
Recuperação e tratamento de rede viária	km	20	2300,0	46.000,00 €
Recuperação de troços de rede primária e secções da rede secundária de FGC	hectare			
Recuperação de pontos de água	nº			
Recuperação de cercas para proteção dos povoamentos	hectare			
Substituição de sinalização danificada	nº	100	16,00 €	1.600,00 €
				47.600,00 €

Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas

Aquisição ou corte e processamento de resíduos orgânicos/florestais	hectare	30	1.400,00 €	42.000,00 €
Instalação de barreiras de resíduos florestais, troncos e outros	hectare	40	650,00 €	26.000,00 €
Abertura de regos segundo curvas de nível	hectare			
Rompimento da camada do solo repelente à água	hectare			
Tratamento do solo para melhoria das suas características	hectare			
				68.000,00 €

Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água

Regularização do regime hidrológico das linhas de água	hectare	24	2.000,00 €	48.000,00 €
Obras de correção torrencial de pequena dimensão	nº			
				48.000,00 €

Diminuição da perda de biodiversidade

Aproveitamento da regeneração natural	hectare			
Instalação, através de sementeira ou plantação	hectare	130	1.950,00 €	253.500,00 €
Instalação de elementos de descontinuidade, tais como faixas de gestão de com	km			
Controlo de espécies invasoras	hectare			
Aquisição e instalação de proteções individuais de plantas	nº	30000	1,50 €	45.000,00 €
Instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem	nº	30	300,00 €	9.000,00 €
				307.500,00 €
Total				471.100,00 €

4- Observações: